



## (RE) CONCEITUAÇÕES SOBRE A FAMÍLIA

FRANCO, Maria Asenate Conceição<sup>1</sup>  
*Assistente Social, Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania*  
*maria.franco@gm.ifbaiano.edu.br*

TAVARES, Márcia Santana<sup>2</sup>  
*Professora Doutora do Curso de Serviço Social da UFBA e do PPG NEIM/UFBA*  
*marciatavares1@gmail.com*

430

### RESUMO

As famílias brasileiras, ao longo do tempo, têm experienciado mudanças estruturais na organização e dinâmica cotidiana como registra a sua historiografia. Primeiro grupo social de convivência humana, elas representam laços afetivos capazes de assegurar a proteção social para uma convivência saudável ou não do sujeito com o mundo. Representa a instituição social multifuncional responsável pela provisão das necessidades vitais, capital social, apoio emocional e conceitos valorativos que influenciarão no caráter e personalidade de seus indivíduos. Este artigo pretende discutir à luz de pesquisadores, a família brasileira, concepções e impactos socioeconômicos, culturais, políticos e educacionais. Considera aspectos da família patriarcal ao arranjo familiar monoparental feminina; categoria classe social enquanto fator relevante na sobrevivência de mulheres pobres, mãe e principal provedora familiar.

**Palavras-chave:** Família. Arranjo Familiar. Mulher. Sobrevivência.

### ABSTRACT

Brazilian families, over time, have experienced structural changes in the organization and in daily dynamics as records its historiography. First social group of human acquaintanceship, they represent the emotional ties that are able to ensure social protection for a healthy relationship or not the subject with the world. It represents the multifunctional social institution responsible for the provision of basic needs, social capital, emotional support and the valorative concepts that will influence the character and personality of its individuals. This article discusses under the light of researchers, the Brazilian family, conceptions and socioeconomic, cultural, political and educational impacts It considers aspects of patriarchal family until to the single parent family of arrangement female; category social class as an important factor in the survival of poor women, mother and family main provider.

**Keywords:** Family. Family Arrangement. Woman. Survival.



O trabalho ora apresentado é resultado da revisão de literatura de minha dissertação à qual busquei respostas às indagações sobre as estratégias de sobrevivência de mulheres chefes de família de classes populares; como driblam e aprendem a jogar em meio aos papéis de provedoras e cuidadoras do espaço privado onde o apoio financeiro se limita ao benefício do Bolsa Família. Destarte, a contextualização deste arranjo familiar foi possível mediante o diálogo com pesquisadores que discutem a historiografia da família a partir do modelo patriarcal e, na contemporaneidade, o arranjo familiar que tem a mulher como principal responsável pelas despesas domésticas.

Ao longo dos anos, a família brasileira tem passado por transformações que a levaram a constituir novas configurações, mostrando-se heterogênea (SARTI, 2006). Ela participa da dinâmica social e, assim, tanto é influenciada como influencia o contexto político, cultural e econômico em que está inserida. A família tradicional esvai-se e emerge no cenário sociofamiliar, o que muitos estudiosos classificam como novos arranjos familiares. Com os processos de urbanização e industrialização, padrões patriarcais, bem como valores tradicionais, encontrados no seio das famílias se entrecruzam com as mudanças na estrutura familiar e produzem novos formatos e padrões de convivência.

Ao se discutir a temática família deve-se tomar como base as mudanças sociais ocorridas na sociedade brasileira (no caso particular da discussão em pauta), como bem diz Goldani (2002, p. 33): “[...]. As famílias brasileiras experienciam uma maior diversidade de arranjos sexuais, novas tecnologias, um aumento das mulheres na força de trabalho, mudanças nos papéis de gênero, elevadas taxas de divórcio [...]”. Nessa perspectiva, a compreensão sobre família, a partir desses desafios, deve-se considerar a sua capacidade de se adaptar às mudanças (GOLDANI, 2002) na estrutura social, política, cultural e, principalmente, econômica do país.

A família é mutável, “assume uma diversidade de formas ao longo do tempo” (COUTINHO, 2006, p. 91). Esse questionamento é indispensável para compreender as diversas tipologias de grupos sociais, famílias desfeitas e refeitas (SARTI, 2007), denominadas arranjos familiares.

Pode-se conceber a família como um nicho, habitat das relações afetivas, no qual se pode encontrar a âncora essencial para a socialização, é um campo de mediação importante entre o indivíduo e a sociedade nos seus aspectos diversos. Essa instituição, uma vez desvinculada das redes de integração social, nas quais encontra estabilidade para sobreviver – o



trabalho e os vínculos familiares –, tende a fazer parte do que Castel (2008) denomina zonas de vulnerabilidade e, conseqüentemente, pode chegar a um processo de “desfiliação social”, quando há rupturas na rede de integração primária (família). Essa desfiliação social, em certos casos, pode levar a rupturas conjugais (SARTI, 2005), uma vez que o homem não consegue desempenhar o papel de principal provedor econômico da unidade doméstica e as expectativas da mulher em ter uma vida melhor são frustradas em função da vulnerabilidade em que estão imersos.

As interferências oriundas da sociedade, nas suas diferentes esferas, favorecem mudanças na dinâmica e na estrutura familiar, o que provoca alterações em seu padrão tradicional de organização. Nesse sentido, pensar a família no plural, nas suas variadas formas de composição e obrigações mútuas, não limitá-la à rede de parentesco, abandonar a ideia de singularidade, é romper com a definição de família sonhada e fazer emergir a estrutura familiar real, concreta, integral, presente no cotidiano construído por ela e, concomitantemente, influenciado pelo movimento do contexto sociopolítico, isto é, significa entender que é construída a partir de elementos reais, logo, é dinâmica e se encontra em contínua mudança.

Carvalho (2005, p. 267) ressalta que “o exercício vital das famílias é semelhante ao exercício das políticas sociais: ambas visam dar conta da reprodução e da proteção social dos grupos que estão sob sua tutela”. Em outro momento, a autora destaca que a família tem a capacidade de “criar e fortalecer coesões microcomunitárias”, na medida em que cria condições de sustentabilidade familiar.

A instituição família, segundo Sarti (2006, p. 39), “não é uma totalidade homogênea, mas um universo de relações diferenciadas, e as mudanças atingem de modo diverso cada uma das relações e cada uma das partes da relação”. São essas mudanças nos padrões de convívio familiar que trazem novas concepções do ser família, grupo social de fundamental importância para a formação de seus membros, principalmente dos filhos, dependentes de toda atenção de seus genitores, quando estes se encontram presentes na dinâmica das relações familiares.

Sarti (2006), ao contextualizar as mudanças ocorridas na instituição família, reforça que na sociedade capitalista a família assume a condição de consumista, enquanto os valores inerentes a tal grupo são perdidos em meio às transformações ocorridas ao longo da história, como a definição dos papéis entre homens e mulheres.

No entanto há de se observar que durante muito tempo a família tem sido lembrada como instituição modeladora dos padrões da colonização brasileira e ditou as normas e padrões



das relações familiares (SAMARA, 2003), foi analisada, de forma genérica, a partir do modelo de estrutura familiar denominado “patriarcal”<sup>1</sup>.

Samara (2003), no seu livro *Família, Mulheres e Povoamento*, traz uma compreensão cronológica que permite construir um pensamento sobre as matrizes ideológicas da historiografia familiar dos anos 1920, 1930 e 1940, que serviram de balizas para estudos posteriores sobre a natureza, estrutura, importância, função e conceito da família. Para tanto, a autora enumera clássicos que, com suas pesquisas, possibilitaram o avanço e ampliação do referencial teórico de que se pode lançar mão para aprofundar a discussão do que é família e sua relação com a sociedade.

Já nos anos 1950 e 1960 as teorias formuladas acerca da família brasileira são revisadas à luz dos teóricos da época<sup>2</sup>, que se detêm em aspectos referentes às mudanças sociofamiliares, como a organização e estrutura familiar, bem como o casamento e o divórcio, o papel da mulher no espaço público, a sociedade e o espaço privado na família. Nos anos 1970 a família volta a ser objeto de estudo, todavia os pesquisadores, ao analisarem os documentos históricos, percebem que problemas já enraizados emergem com nova roupagem.

Pensar a família brasileira articulada com o patriarcado, escravidão e estrutura de poder, suas nuances no que diz respeito à formação, concepção enquanto instituição responsável pela socialização dos seus membros, seus papéis desempenhados na sociedade, enfim, os diferentes modelos construídos ao longo do tempo requerem, antes de tudo, considerar a diversidade das estruturas e configurações familiares que se materializam tanto no tamanho e composição das unidades domésticas, quanto na natureza das relações estabelecidas entre seus membros e na lógica que rege essas relações (BILAC, 1999).

Sob este ponto de vista, a metamorfose que a família vem enfrentando ao longo do tempo e sua importância na conjuntura brasileira, nos levou a resgatar historicamente a família brasileira, o que faremos no tópico seguinte.

Na história brasileira, a instituição família sempre teve destaque como responsável por modelar os padrões do Brasil Colônia, concomitante com o estabelecimento de normas e condutas no bojo das relações sociais. Esse modelo ideal de família, instalado no período

---

<sup>1</sup> A família patriarcal era constituída a partir de interesses de ordem econômica e, numerosa, tinha o pai como chefe maior, cuja autoridade era inquestionável e desempenhava o papel de provedor econômico do grupo familiar, enquanto à mulher-mãe era reservado o papel de “símbolo de honra” familiar e da solidariedade moral de tal modelo (COUTINHO, 2006).



colonial, no qual a estrutura econômica se pautava no setor agrícola, no latifúndio e no escravismo, favorecia a sociedade paternalista, na qual a família patriarcal se constituía enquanto base da sociedade. Há de se compreender que, na constituição de suas características elementares, como família extensa que mantém uma relação de solidariedade entre os membros que a compõem, contribui para ratificar o paternalismo, traduzido através da proteção, quando necessária, àqueles agregados que compõem a família extensa.

No modelo de família denominado patriarcal os papéis no casamento eram distintos, daí emerge o “mito da mulher submissa e do marido dominador” (SAMARA, 1998, p. 14), que guarda estreita relação com uma gama de complexidades na sua formação, haja vista que nem sempre os laços que unem os membros são sanguíneos, por vezes se traduzem em relações de trabalho, de amizade e, por fim, relações ilegítimas. Todavia esse modelo de família, centrado nas funções econômicas e sociais, tinha destaque no cenário político da época colonial. A quantidade de pessoas influenciava no prestígio do chefe de família, que, em troca, fornecia proteção aos agregados.

A análise feita por Bilac (1999) e Samara (1999) sobre o modelo de família patriarcal no Brasil conclui que esse modelo não foi universal em toda a sociedade, pois apenas nas classes dominantes da época colonial esse modelo descrito pela historiografia podia ser evidenciado<sup>3</sup>. Samara (1998, p. 17) ressalta que, em São Paulo, já nos séculos XVIII e XIX, a tipologia de família ali encontrada e suas características não se assemelhavam às predominantes no Nordeste brasileiro (Bahia e Pernambuco), na zona açucareira.

De acordo com documentos oficiais da época<sup>4</sup>, esse modelo “era apenas uma das formas de organização familiar” (SAMARA, 1998, p. 17) e se limitava a uma classe da sociedade. Já a família nuclear, constituída de poucos filhos, era relevante, o que contraria a posição de alguns estudiosos do assunto, quando ressaltam que a família extensa, denominada patriarcal, é

<sup>2</sup> Antonio Cândido de Mello e Souza, Emílio Willemens, Donald Pierson, Oracy Nogueira, Thales de Azevedo e Charles Wagley (SAMARA, 2003, p. 19).

<sup>3</sup> Ver, por exemplo, Corrêa (1994), que desmistifica o “retrato” pintado acerca do modelo ideal de família na sociedade brasileira na época colonial – a família patriarcal. A autora ressalta que este modelo de família, utilizado como parâmetro, favoreceu a não visibilidade de outros tipos de grupo social que podemos conceber como família. Conforme afirma, os rumos da pesquisa sobre a família patriarcal nos remetem a admitir sua existência, entretanto é preciso situá-la no contexto de uma “sociedade multifacetada, móvel, flexível e dispersa” (1994, p. 24), ou seja, a autora reconhece sua importância, mas destaca que não se pode tomá-la como símbolo da família brasileira, pois ela não existiu sozinha. Ver, também, Samara (1998; 1999; 2002) e Dias (1995), que trazem uma contribuição relevante sobre a condição da mulher, o seu cotidiano e poder em São Paulo, no século XIX, e conferem visibilidade às famílias chefiadas por mulheres.



sinônimo de família brasileira. Sendo assim, a autora salienta que a generalização do conceito de família torna-se ineficaz, já que a mesma não podia se constituir matriz, haja vista o recorte particular de tempo e local onde sobressaía.

Desde o período colonial, tanto a organização familiar como as moradias eram diversificadas. Para ilustrar que a família extensa não era universal e que o homem não era o único “chefe”:

Como chefes dos grupos familiares, as mulheres na Colônia, viúvas ou de marido ausente, exerciam um papel importante na coesão e na harmonização dentro dos clãs, o que pode também ser resgatado desde o século XVI nos contos e nas memórias das contadoras de histórias que nos folclores regionais delineiam vultos de mulheres fortes, com papéis sociais decisivos para a sobrevivência dos grupos familiares. (SAMARA 2003, p. 55).

Em outro momento, Samara (1998) ressalta que pesquisas recentes revelam que o modelo de família “extensa do tipo patriarcal” não foi predominante<sup>5</sup>, e toma como exemplo a cidade de São Paulo, onde, em 1836 (SAMARA, 2002), prevaleciam estruturas simplificadas e com menor número de membros, do tipo nuclear, bem como famílias chefiadas por mulheres, que discutiremos mais adiante.

Na segunda da metade do século XIX as mudanças ocorridas na sociedade, favoráveis à legitimação do Estado, possibilitaram o esfacelamento e declínio da família patriarcal e, em paralelo, o advento de novas configurações familiares, a saber, o surgimento da família conjugal moderna, em vigor na Europa na segunda metade do século XIX (COUTINHO, 2006). Nesse novo modelo, a redefinição dos papéis de homens e mulheres se diferencia daqueles exercidos na família patriarcal.

A partir do século XX a família ganha novos contornos, principalmente no cenário político, no qual o Estado passa a conceber essa instituição como instrumento de corresponsabilidade diante das políticas sociais implantadas. No cenário brasileiro, nos anos de 1970 foi dada à mulher a chance de melhorar suas habilidades no lar e, concomitantemente, capacitá-la para o ingresso no mercado de trabalho, devido à escassez de mão de obra na época

<sup>4</sup> “[...] dados copilados nos recenseamentos e nos testamentos do século passado” (SAMARA, 1998, p. 17).

<sup>5</sup> Vários pesquisadores têm demonstrado preocupação quanto às condições de vida das famílias das classes pobres, como, por exemplo, Goldani (1993; 1994; 2002), Macêdo (1999; 2008), Dias (1995), Castro (1990), Pantoja (2001) e Fonseca (2008).



e ao crescimento econômico a todo vapor (DUQUE-ARRAZOLA, 2006 a; CARVALHO, 2005; 2006).

Em 1980 emerge a ideia de transformação sociopolítica, a partir da luta por conquistas de direitos. Os segmentos organizados partiam do princípio que aquele momento era mais importante para fazer valer as lutas por melhores condições de vida. De fato, na época em que estes segmentos assumem protagonismo enquanto como sujeitos de direitos, a Carta Magna é revisada e contempla muitos dos anseios da população, entretanto alguns destes ainda não se materializaram.

A partir de 1990, marcos legais que destacam direito sociais ressaltam a relevância sobre a família, a implantação de políticas sociais com recortes geracionais. Carvalho (2005) salienta que a família está no centro das políticas de proteção social, é copartícipe diante das demandas familiares nas quais o Estado tende a intervir. A família encontra-se susceptível a mudanças e a padrões difusos de relacionamentos e seus “laços esgarçados” (SARTI, 2005), pois, além das transformações internas e novos papéis familiares, também sofre interferências externas por estar submissa às leis capitalistas, tais como a precarização do trabalho e o crescente desemprego.

Pode-se dizer que a partir de um novo modo de viver em família se desenvolve o que alguns autores chamam de crise da família, com o advento de novos arranjos familiares, em função da quebra de paradigma, a saber: o encolhimento da família oriunda da baixa fecundidade; o aumento de longevidade nas pessoas, logo ampliação da expectativa de vida; o divórcio, em detrimento da indissolubilidade do casamento, e o enfraquecimento da família, traduzido em novos modelos familiares, principalmente em função do controle da taxa de natalidade e da entrada significativa da mulher no mercado de trabalho.

As famílias, enquanto unidades de relações sociais têm no exercício da função procriativa a difusão de hábitos, costumes, valores morais e éticos, transmitidos e colocados no centro das discussões cotidianas. Nesse espaço de convivência, também ocorrem trocas afetivas, pontos de discussão para nortear o viver coletivo entre indivíduos de sexos e idades distintas. Portanto, cada família vive uma dinâmica própria, entendida a partir de sua subjetividade, que ultrapassa o simples viver em conjunto com pessoas distintas. Por essa razão, Coutinho (2006, p. 97) ressalta que: “A família deve ser entendida em sua complexidade e discrepância de interesses, necessidades e sentimentos”.





As novas configurações e rearranjos familiares, basicamente, são atribuídos às transformações societárias. As Mudanças de papéis familiares e mulheres sendo as principais provedoras de domicílios são analisadas enquanto um fenômeno social em expansão que pode ser atribuído a estas transformações, na medida em que a luta por assegurar a manutenção material se mostra mais intensa nas famílias de classes populares. Essas famílias possuem condições de sobrevivência precárias, ainda mais quando se trata de domicílios pobres chefiados por mulheres, nos quais a situação é mais grave, uma vez que essa mulher, geralmente, ocupa espaços laborais informais e acaba recebendo remunerações que não lhes garantem satisfação das necessidades básicas, a saber, moradia e alimentação dignas.

A composição familiar ou, um dos arranjos domésticos constituídos por um dos genitores e filhos, é entendida como família monoparental<sup>6</sup> (GOLDANI, 1993; VITALE, 2002). Mas, segundo Oliveira (1992, p. 157), “a grande maioria é encabeçada por mulheres”, e tem ganhado maior visibilidade a partir das últimas décadas do século XX, muito embora pesquisadoras que tomo como referência para pensar a historicidade do arranjo familiar aqui discutido, como Maria Odila Leite da Silva Dias (1995), Katia de Queirós Mattoso (1988), Eni de Mesquita Samara (1999) e Cláudia Fonseca (2008), vêm sinalizando a sua existência desde séculos passados. Entretanto na década de 1970 a visibilidade das famílias chefiadas por mulheres, em decorrência de seu aumento significativo (BARROSO, 1978), passa a ser referência nas pesquisas sociológicas (VITALE, 2002), produzindo um acervo bibliográfico relevante para as discussões acerca dessa categoria.

Embora o fenômeno denominado chefia familiar feminina apresente maior visibilidade nas três últimas décadas (MACÊDO, 2008; CARLOTO, 2005), é sabido que o mesmo é identificado desde o século XVII:

A presença maciça de mulheres na população da cidade - mulheres sós de maridos ausentes - era parte integrante da tradição da vila desde o século XVII, e somente passou a atrair a atenção das autoridades, em seus ofícios ou relatórios para o Reino, nas últimas décadas do século XVIII<sup>7</sup>. (DIAS 1995, p. 29-30)

<sup>6</sup> Oliveira (1992, p. 157) define famílias monoparentais como sendo aquelas constituídas por um homem ou uma mulher sem parceiro e com filhos. Já Vitale (2002, p. 46) concebe lares monoparentais como aqueles em que vive um único progenitor com os filhos que ainda não são adultos.

<sup>7</sup> Ver, por exemplo, Dias (1995), que, ao compor uma historiografia da época descreve o contexto de “fogos” chefiados por mulheres e salienta que os mesmos se faziam presentes na sociedade colonial do Brasil e diversas eram as causas para sua existência.





Ao contextualizar e situar a chefia feminina de domicílio como fenômeno histórico, faz-se necessário partir da análise fundamentada por Dias (1995) que, ao reconstruir os papéis sociais femininos nas camadas populares de São Paulo, no final do século XVIII, nos mostra que o cotidiano dessas mulheres pobres sempre esteve marcado por trabalhos laborais desqualificados, sem relevância nos aspectos econômicos.

Era esse o espaço das mulheres pobres, limbo e exílio do que havia de socialmente valorizado na economia paulista da época. Viveram precariamente a sua pobreza, no desdobramento das dimensões sociais do doméstico [...]. Parte dos preconceitos que as desclassificavam socialmente provinha de valores machistas, misóginos, entranhados no sistema escravista e moldados no menosprezo do trabalho e de qualquer ofício de subsistência [...] as afetavam os preconceitos advindos da organização da família de herança das classes dominantes, que as relegavam como excedentes sociais, mães solteiras e concubinas [...] (DIAS, 1995, p. 16).

Como se pode notar, a autora atualiza o retrato contemporâneo da mulher pobre que já era visível há três séculos. Sua labuta e a submissão a que era exposta quando desempenhava os seus papéis enquanto mulher, mãe e trabalhadora inserida nas classes populares. A elas eram reservadas as piores moradias, de construção frágil, taipa, no geral em casas alugadas, onde os cômodos eram pequenos, telhados em ruína. Geralmente eram locais onde comercializavam produtos<sup>8</sup> de subsistência, como ovos, hortaliças, peixes frescos, entre outros.

Dias (1995) ressalta que as chefias femininas de domicílios já apareciam nos dados censitários de 1836. Embora a autora faça essa ressalva, é importante registrar que no século XVIII já se notava a presença de mulheres sós de maridos ausentes, entretanto essa informação foi explicitada oficialmente apenas nas últimas décadas do século XVIII. Mudanças significativas ocasionam o advento da chefia familiar feminina, como, por exemplo, às mudanças econômicas com o tráfico de escravos, no século XVIII, mesclaram-se raças e origens diversas, o que favoreceu os concubinatos, uniões ilegítimas e, atrelado a essas mudanças, as mulheres exerciam atividades no espaço público e já não se limitavam a serem cuidadoras domésticas e as solteiras com prole chefiavam famílias (SAMARA, 2002).

Mas é no período que corresponde à segunda metade do século XIX e início do XX (SAMARA, 1998; OLIVEIRA, 2002) que emerge outro tipo de família na dinâmica das

<sup>8</sup> Esses produtos eram comercializados de forma clandestina, isto é, não pagavam o fisco. Ver, por exemplo, Dias (1995, p.25).



relações familiares entre os sexos. Segundo Samara (1998), em São Paulo essa tipologia poderia ser atribuída à elevação da categoria mulher como chefe de domicílio. Em meio aos diferentes contornos a que a família é condicionada socialmente, torna-se frequente o ciclo de organização, desorganização e reorganização (CARVALHO, 2006) que engendra o cotidiano de homens e mulheres e pode originar diferentes formações de arranjos familiares.

Samara (2002), ao analisar dados estatísticos do ano de 1872, referentes à categoria chefes de domicílios no Brasil (idade e sexo), ressalta que nas regiões econômicas pesquisadas aproximadamente 30% das mulheres eram denominadas chefes de domicílio, com idade entre 35 e 45 anos. Assinala, ainda, que Minas Gerais e São Paulo se destacam na elevação da chefia feminina de domicílio como responsável pela economia doméstica.

Desde a década de 1990 várias pesquisadoras têm demonstrado preocupação quanto às condições de vida das famílias das classes pobres, a exemplo de Dias (1995) e Fonseca (2008), bem como a existência de diferentes arranjos familiares desde o período colonial, como Corrêa (1993), Samara (2003; 1999) e Bilac (1999), entre outros.

A discussão já iniciada por pesquisadores dos temas relacionados às mudanças na organização familiar, especificamente sobre os diversos arranjos familiares, as “cabeças de domicílio”, as “lideranças de fogos”, onde a mulher, mãe solteira e pobre se desdobra enquanto responsável pelos papéis tradicionais e no trato com sua prole, além de assumir o encargo de manter a sobrevivência econômica familiar.

Mudanças nas esferas sociais, política e econômica contribuíram para a ampliação do fenômeno chefia familiar feminina. Samara (1998) aponta como fatores a ausência do marido ou viuvez, o que obriga a mulher a zelar pelo patrimônio da família, enquanto Fonseca (2008) destaca a mobilidade geográfica dos homens em decorrência de sua migração em busca de trabalho, o que provocava uma separação brusca e não deixava alternativa às mulheres abandonadas senão trabalharem para garantir o sustento da prole.

Fonseca (2008) mostra que, mesmo a figura feminina no início do século XX sendo vista como submissa ao marido, certas mulheres ocupavam o espaço público, quer para complementar a renda do marido, quer devido a este ter abandonado o domicílio. Era ela quem garantia o sustento do grupo familiar, ultrapassando os estereótipos impostos pela sociedade que as discriminava e as considerava relapsas por não se dedicarem com exclusividade aos cuidados do lar. O certo é que “[...] as mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa” (p. 517).



As mudanças nas estruturas familiares fazem parte de um processo mais amplo de transformações sociais e econômicas:

[...] mudanças de comportamento [...] novos tipos de uniões entre os sexos, declínio da fecundidade, aumento das mães solteiras e de separações e divórcio, novos padrões de sociabilidade e relações de gênero, até a participação de mulheres, crianças e adolescentes no mercado de trabalho formal e informal (GOLDANI, 1993, p. 68).

A autora salienta que a questão da chamada “crise” familiar pode estar diretamente relacionada com “os modelos estereotipados de família”, ao se confrontar o modelo patriarcal, intitulado pelas classes dominantes (rurais) da era colonial, com o modelo de família “classe média urbana”<sup>9</sup>. Esta dicotomia de diferentes concepções para um mesmo grupo social, no caso da família, com papéis definidos pela sociedade, leva a uma visão de que a crise nesta instituição foi instalada. O modelo estático (família rural e família urbana) se vê abalado. A família, ao participar do dinamismo social, tende a não só responder às transformações deste contexto como, também, influencia o mesmo. Neste sentido, a diversidade de arranjos familiares presentes na contemporaneidade é consequência da fragmentação do modelo nuclear aliado ao crescimento das famílias monoparentais.

Entende-se por família monoparental o grupo social formado por filhos e a presença de um dos genitores (masculino ou feminino). Goldani (1993), em suas pesquisas acerca das mudanças dos arranjos domésticos nos anos 1980, ao discorrer sobre as tipologias familiares, afirma que essa visibilidade na fragmentação do modelo nuclear conjugal possibilitou “um aumento nas proporções de famílias monoparentais (em sua maioria mãe com filhos e sem cônjuge)” (p. 82). Na visão da autora, os aspectos demográficos referentes às “mudanças na nupcialidade”, assim compreendida: aumento do divórcio, bem como de mulheres solteiras com filho (p. 82), estão diretamente associados a essa tendência.

Como apontado anteriormente, os lares monoparentais são aqueles em que vive um único progenitor com os filhos que ainda não chegaram à idade adulta (VITALE, 2002). O que denota uma sobrecarga de responsabilidades para apenas um dos genitores e, quando recai sobre a figura feminina, esta é obrigada a responder às necessidades de ordem econômica, numa

<sup>9</sup> [...] Trata-se de uma família ainda centrada ao redor das funções reprodutivas, onde a criança ocupa o lugar de destaque [...] o individualismo, a privacidade e as relações afetivas entre os membros, assumem maior relevância [...] (GOLDANI, 1993, p. 70).



sociedade em que o mercado de trabalho insiste em subjugar a mão de obra feminina – relegada aos piores postos de trabalho, aos piores salários. Isto, associada à categoria pobreza, já instalada historicamente no cotidiano dessa mulher, pode, conseqüentemente, acirrar ainda mais as precárias condições de sobrevivência de grupo familiar. Nesta concepção, tende-se a construir um estigma relativo à incapacidade da mulher para gerir e administrar as responsabilidades domésticas (VITALE, 2002), daí existir, na discussão sobre chefia familiar feminina, a associação da mulher/mãe com a pobreza, produzindo como efeito a *feminização da pobreza*.

As três últimas décadas<sup>10</sup> (MACÊDO, 2008) têm apresentado um elevado número de famílias cujo provedor principal é a figura feminina. O que as pesquisas empíricas têm registrado é a visibilidade deste fenômeno nas classes médias em paralelo ao seu crescimento nas classes populares. A autora salienta que é preciso desmistificar a homogeneização de que todo domicílio cuja figura feminina é referência econômica é pobre, o que leva alguns pesquisadores a denominar de feminização da pobreza, como se família chefiada por mulher fosse sempre a mais pobre entre as mais pobres.

Macêdo (2001; 2008), ao analisar a diversidade dos fatores que favorecem a ampliação deste fenômeno, reforça que este, por ser multifacetado e multideterminado, está entrelaçado com fatores objetivos, como a entrada da mulher no mercado de trabalho, associados com os fatores subjetivos condicionados pelo contexto da globalização, movimentos sociais e o advento de novos protagonistas, a saber, o movimento feminista. O conjunto de tais aspectos favorece a visão ampliada de que a chefia familiar feminina deriva de uma articulação complexa de vários fatores condicionantes, cuja relevância das análises tem recaído na ideia da feminização da pobreza.

Favaro (2008) salienta que apesar de estudiosos das Ciências Sociais associarem esse fenômeno como resultado de desorganização e declínio dos padrões e valores familiares, a desigualdade de gênero e a importância que essas chefias femininas têm, bem como o seu papel diante das profundas transformações familiares, na medida em que assumem o protagonismo de ser mulher, mãe e exclusiva provedora doméstica, são pontos para a reflexão em torno deste fenômeno, haja vista que chefia feminina familiar vai além de aspectos objetivos, como ser mulher, responsável pela provisão, manutenção, cuidados domésticos e com os filhos.

---

<sup>10</sup> A década “[...] de 80 e os anos 1990 vão testemunhar todo um processo de desconstrução do olhar sobre as formas de organização familiar no Brasil [...]” (MACÊDO, 2008, p. 393).



As autoras Scott (2002) e Carloto (2005) ressaltam que o crescimento desse fenômeno é relevante nas famílias pobres, o que pode estar diretamente interligado ao tripé gênero, raça e classe social. E, como afirma Agier (1990), esses tipos de arranjos familiares são mais vulneráveis que os chefiados por homens, o que se constitui numa situação de pobreza, donde a procura de proteção social familiar, isto é, a procura de suporte junto à rede social para atender a necessidades econômicas e sociais pode ser acionada mais frequentemente.

Por outro lado, a feminização da pobreza surge na contemporaneidade quando pesquisas revelam o aumento da pobreza em escala mundial, ao revelarem um crescimento de lares chefiados por mulheres, tendo destaque aqueles oriundos de classes populares, em que a pobreza sobressai. No aspecto pobreza, pesquisas revelam que quando a mulher acumula as funções de provedora e responsável pela reprodução e, devido à sua proliferação, tende a apresentar um perfil vulnerável em função da precarização dos postos de trabalho por elas ocupado. As críticas sobre o estigma de que os lares responsáveis por mulheres sejam os mais pobres, são discutidas a partir das categorias gênero e classe social apoiado no fato da mulher ser:

[...] carente e ser do sexo feminino não coloca as mulheres numa posição de desigualdade frente aos homens maior do que aquele presente na relação homem-mulher no grupo dos mais pobres. Não sendo a mulher pobre mais desigual do que a mulher não pobre [...] (LAVINAS 1996, p. 478).

E, quando se faz referência à participação da mulher no mercado de trabalho, pode-se destacar aspectos relevantes como:

[...] (a) há uma prevalência de mulheres trabalhando em tempo parcial ou em regime de trabalho temporário; (b) discriminação salarial; (c) concentração em ocupações que exigem menor qualificação e para as quais os salários são baixos; e (d) participação nos mais baixos níveis da economia informal (NOVELLINO, 2004, p. 3).

A discussão referente à associação entre gênero e pobreza, feita por muitos pesquisadores (MACÊDO, 2007; 2008), aponta para as desvantagens às quais as mulheres estão submetidas no mercado de trabalho, em especial no tocante a ocupações e remunerações, além da ausência da figura masculina do lar, logo, de sua força de trabalho.



A análise do aumento de famílias chefiadas por mulheres em escala mundial, não considera as transformações societárias dos fatores socioeconômicos, culturais enquanto principais desencadeadores deste arranjo familiar prefere então, estereotipar conceber na visão de desorganização da estrutura familiar:

[...] em muitos países ainda é encarado como um exemplo de desorganização e queda de valores familiares. Quando se entende que a chefia feminina é um fenômeno que engloba aspectos tanto socioeconômicos quanto culturais, pode-se entender de maneira mais clara seu crescimento e também seu estigma (FAVARO, 2008, p. 2).

A proliferação desse tipo de arranjo é motivo de várias discussões acerca de causas e possíveis saídas de tal situação, apesar de, no final da década de 1970, o termo feminização da pobreza ser associado à pobreza e à condição de gênero. Estudiosos discordam da ideia de se analisar a pobreza somente pela ótica da renda, haja vista a subjetividade que envolve a questão de gênero, construída socialmente, que determina papéis específicos para o homem e para a mulher, a exemplo das tarefas domésticas destinadas às mulheres. Essa desigualdade de gênero é relevante na discussão em pauta, uma vez que a sociedade contemporânea possui características sexista, androcêntrica, ou seja, a ideologia patriarcal traz no seu bojo papéis predeterminados que dicotomizam os valores sociais atribuídos a homens e mulheres, construídos social e historicamente ao longo dos anos.

A chefia feminina de domicílio não se encontra somente em contextos susceptíveis à pobreza, pois é visível em todas as regiões brasileiras e classes sociais. Outro aspecto relevante diz respeito à formação de tais arranjos familiares, que vão desde os domicílios unipessoais até aqueles nos quais a figura masculina, o cônjuge, se faz presente, entretanto é a mulher que desempenha o papel de “chefe”, no sentido da provisão das despesas do domicílio.

Enfim, as variadas trajetórias das mulheres podem estar condicionadas às transformações próprias da sociedade contemporânea, o que ocasiona múltiplos significados: situação da mulher solteira, viúva ou separada com filhos ou casada, coabitando com o companheiro e os filhos, ou, ainda, em uma dessas situações, mas convivendo com parentes e outros agregados (MACÊDO, 2008). A autora defende que é preciso problematizar o risco da generalização das leituras estereotipadas no tocante à vulnerabilidade e pobreza homogênea.





Nesse sentido, torna-se imprescindível uma visão além do aparente, que reconheça a existência da complexidade que transcende os modelos estereotipados, unilaterais.

O fenômeno chefia familiar feminina, apesar de fazer parte da historiografia da família desde séculos passados, como retratam autores já mencionados neste trabalho, tem suas especificidades, sendo as estratégias de sobrevivência apenas uma delas.

## REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. *O sexo da pobreza: homens, mulheres e famílias numa “avenida” em Salvador da Bahia*. Em: Disponível em: [http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v022/O\\_SEXO.pdf](http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v022/O_SEXO.pdf). Acesso em 20 de junho 2014.

BILAC, Elisabete Doria. Mãe certa, Pai incerto: Da Construção Social à Normatização Jurídica da paternidade e da filiação. In: SILVA, Reinaldo Pereira; AZEVÊDO, Jackson Chaves de (Coord.): *Direitos de família: uma abordagem interdisciplinar*. São Paulo: LTr, 1999, p. 13-27.

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. (Coleção Saraiva de legislação).

CARLOTO, Cassia M. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. In: “Disponível em” <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/994/774>. Acesso 10 de maio de 2014.

CARVALHO, Maria do Carmo B. de. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA Ana Rojas; VITALE, M.A.F. (Org.). *Família: Redes, Laços e Políticas Públicas*. 5ª edição. São Paulo: PUC SP CEDEPE Cortez, 2010 p. 267- 274.

\_\_\_\_\_. O lugar da família na política social. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant [et al.] (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/ Cortez, 2006, p. 15- 22.

CASTEL, Robert. *Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. 7. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CASTRO. Mary Garcia. *Mulheres Chefes de Família, Esposas e Filhas pobres nos mercados de trabalho metropolitanos* (regiões metropolitanas de São Paulo e Salvador, 1980). In: “Disponível em” <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1990/T90V02A12.pdf>. Acesso 10 de maio de 2014.

CORRÊA. Mariza: Repensando a Família Patriarcal Brasileira. In: ARANTES, Antonio Augusto [et al]. *Colcha de Retalhos: estudo sobre a família no Brasil*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. (Coleção Momento), p. 15- 41.



COUTINHO, Maria Lucia R. Transmissão geracional e família na contemporaneidade. In: BARROS, Mirian L de. (Org.) *Família e Gerações*. Rio de Janeiro, Editora FGV. 2006, p. 91-104.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. A mulher em programas de assistência social: o caso das mães do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil numa área rural da Zona da Mata de Pernambuco. In: SCOTT, Parry. R.; CORDEIRO, R. (Org.): *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Prefácio Andrea Butto. Recife Editora Universitária da UFPE, 2006 a, p.229- 243.

FAVARO, Carla Sabrina. *A casa delas: perfil das mulheres chefes de domicílios na Região Metropolitana de Campinas*. In: “Disponível em”, [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008\\_1416.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1416.pdf). Acesso 20 de junho 2014.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 9. ed., 1ª reimp., São Paulo: Contexto, 2008. p. 510-553.

GOLDANI, Ana Maria. *As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação*. In: “disponível em”, <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.ifch.unicamp.br.pagu/files/pagu01.06.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2014.

\_\_\_\_\_. *Retratos da família em tempos de crise*. Estudos Feministas, Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, n. esp., p. 303-335, 1994.

\_\_\_\_\_. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol19\\_n1\\_2002/vol19\\_n1\\_2002\\_2artigo\\_29\\_48.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n1_2002/vol19_n1_2002_2artigo_29_48.pdf)>. Acesso em: 08 mai. 2010.

LAVINAS, Lena. *As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro*. In: “Disponível em”, <file:///C:/Users/Asenate%20Franco/Downloads/16816-51836-1-PB.PDF>. Acesso em 22 de junho de 2014.

MACÊDO, Márcia dos Santos. *Tecendo os fios e segurando as pontas: trajetórias e experiências entre mulheres chefes de família em Salvador*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1999, 185p.

\_\_\_\_\_. Gênero, família e chefia feminina: algumas questões para pensar. In: BORGES, Ângela Maria; CASTRO, Mary Garcia (Org.). *Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais*. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 135-177.



\_\_\_\_\_. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. Resenha temática. *In*: “Disponível em”, <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=569>. Acesso em 22 de junho 2014.

MATTOSO, Katia de Queirós. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. Tradução do original francês por James Amado. São Paulo: CNPq/Currapio, 1988.

NOVELLINO, Maria Salete F. Os estudos sobre a feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. *In*: “Disponível em”: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_abep/PDF/ABEP2004\\_51.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_51.pdf). Acesso em: 20 mai. 2010.

OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. de. Condição feminina e alternativas de organização doméstica: as mulheres sem companheiro em São Paulo. *In*: “Disponível em”, <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1992/T92V02A09.pdf>. Acesso em 03 de julho 2014.

PANTOJA, Ana Lídia Nauar. Trabalho de negras e mestiças nas ruas de Belém do Pará (1890-1910). *In*: BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Céli Regina (Org.). *Tempos e Lugares de Gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: ed. 34, 2001, p.120-141.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1998, (Coleção tudo é história).

\_\_\_\_\_. Família, Gênero e Mudanças Econômicas no Brasil (1836-1996) *In*: SILVA, Reinaldo Pereira; AZEVÊDO, Jackson Chaves de (Coord.): *Direitos de família: uma abordagem interdisciplinar*. São Paulo: LTr, 1999, p. 89-105.

\_\_\_\_\_. O que mudou na família brasileira? (da colônia à atualidade). *In*: “Disponível em”, [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010365642002000200004&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010365642002000200004&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso e 03de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. *Família, mulheres e povoamento*: São Paulo, século XVII. Bauru, SP: EDUSC, 2003. (Coleção História).

SARTI, Cynthia A. Família e individualidade: um problema moderno. *In*: CARVALHO, M. do C.B. de (Org.). *A família contemporânea em debate*. 7ª edição. São Paulo: EDUC-Cortez, 2006, p. 39-49.

\_\_\_\_\_. Famílias Enredadas. *In*. ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller. (Orgs.). *Família: Redes, Laços e Políticas Públicas*. 5ª edição. São Paulo: PUC SP CEDEPE Cortez, 2010, p. 21-36.

\_\_\_\_\_. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SCOTT, R. Parry. Mulheres chefes de família: abordagens e temas para as políticas públicas. *In*: “Disponível em”,



[http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIIIencontro/Scott\\_intro\\_mulher\\_chefe.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIIIencontro/Scott_intro_mulher_chefe.pdf). 20 de jun 2010.

VITALE, Maria Amália Faller: Famílias monoparentais: indagações. *In: Famílias*. Revista Quadrimestral de Serviço Social e Sociedade, Ano XXIII- n.71. Ed. especial. São Paulo, SP: Cortez, setembro, 2002, p. 45-62.